

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Propriedade Intelectual e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): conflitos normativos e difusão internacional de políticas.

Coordenador: Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes (DRI/UFPB)

Instituição de Execução: Universidade Federal da Paraíba – Departamento de Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais Aplicadas.

João Pessoa, 11 de Setembro de 2018

Chamada MCTI/CNPq N. 28/2018 – Universal

SUMÁRIO

Título:	3
Palavras-chave	3
Resumo:	3
Dados do proponente e equipe	6
Área do conhecimento predominante	6
Instituição(ões) participante(s);	6
Objetivos geral e específicos	7
Metodologia proposta	8
Marco teórico	10
Etapas de execução do projeto com respectivo cronograma de atividades;	12
Produtos esperados como resultado da execução do projeto, com previsão de cronograma de entregas anuais.	13
Potencial de impacto dos resultados do ponto de vista técnico-científico, de inovação, difusão, sócio-econômico e ambiental;	13
Colaborações ou parcerias já estabelecidas para a execução do projeto; ...	14
Perspectivas de colaborações interinstitucionais para a execução do projeto;	14
Recursos financeiros de outras fontes aprovados para aplicação no projeto;	15
Disponibilidade efetiva de infraestrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto;.....	15
Orçamento detalhado.	17
Referências Bibliográficas.....	18

Título:

Propriedade Intelectual e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): conflitos normativos e difusão internacional de políticas.

Palavras-chave

Propriedade Intelectual; Desenvolvimento Sustentável; Difusão de Política; Complexo de Regimes

Resumo:

Esse projeto busca analisar a forma como a sobreposição e o conflito de normas e regras internacionais afetam o processo de difusão de políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável. De forma específica, o projeto se debruça sobre a relação entre o **regime internacional de propriedade intelectual (PI)** e a agenda de desenvolvimento dos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, para examinar como as regras que regulam a proteção à propriedade privada ao conhecimento limitam a capacidade dos países de implementar nacionalmente compromissos firmados com a aprovação dos ODS.

Existe na disciplina de Relações Internacionais considerável literatura que analisa a forma como normas sociais, instituições, organizações e regimes internacionais contribuem com o processo de difusão e transferência de instituições políticas, aparatos normativos e políticas públicas para os Estados. Seja pela capacidade de influência de Organizações Internacionais, atrelada aos seus programas e projetos de financiamento, ou pela capacidade de disseminação discursiva ou técnica de padrões de comportamento e ‘boas práticas’, atrelados às normas consolidadas internacionalmente, existe certo consenso sobre o destacado papel que essas estruturas normativas desempenham na conformação de instituições e políticas em âmbito nacional.

Entretanto, ao longo das últimas décadas tem havido uma forte proliferação de compromissos, regras e instituições internacionais que, de forma direta ou subsidiária, incidem áreas específicas das relações internacionais. Ainda mais importante, esses mecanismos de organização da política internacional não necessariamente estão normativamente alinhados e, em determinados casos, apontam para sentidos diferentes e estabelecem obrigações contraditórias para os Estados. De forma complementar, mas

com efeitos importantes, normas e regras internacionais se diferenciam não apenas no conteúdo e no ‘espírito’ de suas obrigações, mas também na forma, abrangência e profundidade dos compromissos: modelos de tipo *soft* ou *hard Law*, com regras de *enforcement* e níveis de *compliance* diferentes, produzem efeitos diversos sobre os Estados e criam conflitos normativos com outras obrigações que versam sobre temática semelhante. Em linhas gerais, essa discussão tem sido tratada pela literatura sobre *Regime Complex*.

Partindo desses dois campos de análise – difusão e transferência internacional de políticas e *Regime Complex* – esse projeto pretende um avanço significativo em relação ao que vem sendo produzido, ao analisar a forma como o conflito normativo produz efeitos diretos sobre o processo de difusão de normas e políticas para os países, tendo como caso de análise a relação entre o regime internacional de PI e as regras voltadas à flexibilização desses direitos, reafirmadas com a aprovação dos ODS.

Os ODS constituem um compromisso multilateral voluntário para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, perpassando uma amplitude de temas e agendas de desenvolvimento globais (algumas tradicionais, como o combate à fome e a pobreza; e temáticas sensíveis e relativamente novas, como o combate à desigualdade, o reconhecimento das cidades como problema internacional e a formação de novos padrões de consumo). Nesse sentido, dada a amplitude da agenda, que se estabelece em torno de 17 objetivos e 169 metas, os ODS se aproximam e incorporam outra grande quantidade de normas e regimes internacionais (para citar alguns casos: FAO, OMS, OIT e OMC; regimes e compromissos sobre mudanças climáticas, direitos humanos e mesmo PI). Ainda, os ODS se estabelecem como um marco global para o planejamento e implementação de políticas públicas internacionais (ver o Objetivo 17) e nacionais. Ou seja, se constituem como instrumento para difusão de um conjunto de entendimentos sobre políticas públicas para o desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, o regime internacional de PI tem um caráter normativo particular – estabelece compromissos com regras e procedimentos mandatórios – e, como muito bem relatado pela literatura, produz impactos normativos sobre praticamente todo o universo de áreas que compõem as responsabilidades dos Estados e suas trajetórias de desenvolvimento. O Acordo TRIPS estabelece de forma detalhada os padrões mínimos de proteção obrigatórios, assim como as áreas tecnológicas cobertas; define os padrões de observância de direitos e atrela-se ao mecanismo de solução de controversas da

OMC; e ainda limita de forma objetiva as flexibilidades que os países possuem na implementação de suas legislações e práticas nacionais.

Considerando esses elementos que se pretende responder a pergunta – como o regime internacional de PI afeta a implementação dos ODS? Ou seja, de que maneira, esse regime incide sobre a difusão de normas e políticas voltadas ao alcance dos compromissos acordados com os ODS? Pode-se identificar pelo menos 30 metas de 12 objetivos dos ODS que tratam de questões sensíveis à direitos de PI – metas que versam sobre direitos econômicos, sociais e ambientais que conformam compromissos voltados à **flexibilização** de direitos de PI.

Assim, o projeto pretende analisar a relação entre o regime internacional de PI e temas sensíveis aos ODS e aos regimes específicos que os subscrevem, com o objetivo de mensurar quais instituições e políticas estão sendo efetivamente difundidas. Ou seja, se os compromissos voltados à flexibilização de direitos existentes nos ODS estão efetivamente se difundindo a despeito dos padrões protetivos instituídos nas regras multilaterais e preferenciais de proteção à PI. De forma objetiva, o projeto analisará os temas da maior relevância para os estudos acerca dos efeitos da PI sobre direitos e políticas de desenvolvimento social, reafirmados com a aprovação dos ODS. São eles: Saúde e acesso a medicamentos (ODS 3); Segurança Alimentar, Proteção e preservação da biodiversidade (ODS 2 e ODS 15); Mudanças Climáticas (ODS 13); Educação (ODS 4).

Dados do proponente e equipe

Coordenador: Henrique Zeferino de Menezes

- Professor do Departamento de Relações Internacionais e do Programa de Pós-graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba;
- Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU)
- Coordenador do Núcleo de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (NPDS) da Universidade Federal da Paraíba

Colaborações

- Além do coordenador, a proposta contará com a participação de um grupo de professores parte do Núcleo de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável e de estudantes de graduação e de pós-graduação sob minha orientação.

Área do conhecimento predominante

Ciência Política e Relações Internacionais

Política Internacional

Instituição(ões) participante(s);

Universidade Federal da Paraíba

Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos

Objetivos geral e específicos

Objetivo Geral:

O objetivo geral do projeto é analisar de que forma a interação e a sobreposição das normas e regras do regime internacional de propriedade intelectual e os compromissos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) afetam o processo de difusão e transferência de instituições e de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A proposta parte da hipótese de que o regime internacional de PI é um cria fortes empecilhos ao processo de implementação dos ODS na medida em que limita a internalização dos compromissos pró-flexibilidades de direitos de PI contidos nos ODS.

Objetivos específicos

1. Desenvolver referencial teórico para a proposta, que pretende o diálogo entre duas áreas/problemáticas complexas e ainda pouco trabalhadas no Brasil: a forma como regimes, instituições e organizações internacionais operam no processo de difusão e transferência de políticas públicas, de um lado, e os efeitos dos chamados *Regime Complex* nesse processo.
2. Desenvolver, a partir do marco teórico proposto, um quadro de análise da relação entre as regras que compõem o regime internacional de propriedade intelectual (especialmente, o Acordo TRIPS e as chamadas regras TRIPS-plus existentes em acordos multilaterais e preferenciais de comércio e investimentos) e os compromissos de desenvolvimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sensíveis à proteção à propriedade intelectual.
3. Analisar empiricamente a difusão de instituições políticas e políticas públicas presentes na Agenda ODS que postulam a flexibilização dos direitos de propriedade intelectual para fins de desenvolvimento econômico, social e ambiental.
4. Ainda, comparar o nível de *compliance* dos acordos de propriedade intelectual e aqueles voltados a flexibilização de direitos para fins de desenvolvimento econômico, social e ambiental previamente delimitados.

Metodologia proposta

Para alcançar o objetivo geral da proposta – analisar os efeitos da sobreposição entre regimes no processo de difusão e transferência de políticas e instituições – e testar a hipótese apresentada, o projeto perpassará quatro objetivos especificamente delineados e, para cada um deles, estão previstos um conjunto de atividades e de procedimentos metodológicos.

O primeiro objetivo específico demanda, fundamentalmente, uma revisão profunda de uma ampla literatura que vem se dedicando, de um lado, às discussões sobre difusão e transferência de políticas públicas. Dentro desse universo particular, destaque será dado aos processos de difusão que tenham os regimes internacionais como fonte primordial do conteúdo, das obrigações, normas e regras difundidas. Outro campo acadêmico que será também objeto de uma profunda revisão versa sobre os chamados *Regime Complex*, destacando não apenas os elementos fundamentais que a literatura aponta (como ‘regime shifting’, ‘forum shopping’, ‘inconsistência estratégica, etc.), mas os efeitos que a sobreposição e conflito de normas produz sobre a difusão e transferência de políticas. Por fim, pretende-se o estabelecimento de um marco analítico e teórico que permita enquadrar e analisar de forma mais consistente o fenômeno da difusão e transferência de políticas em ambientes em que persiste sobreposição e conflito de normas.

Para alcançar o segundo objetivo específico, será feita uma análise detida dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, de forma a identificar as metas sensíveis a direitos de propriedade intelectual – por sensíveis, entende-se que a proteção privada ao conhecimento, tecnologias, produtos e etc. afeta a capacidade de uso público e/ou privado para fins diversos da comercialização privada; ou seja, políticas públicas que tem sua implementação afetada pelo controle privado sobre determinados bens, produtos ou conhecimento. Além de identificar as metas sensíveis, será necessário também identificar e qualificar o conjunto normativo internacional que incide sobre o tema – destacando características como existência de regras de *enforcement* e nível de *compliance* (ou seja, se trata-se de obrigações de tipo *hard* ou *soft Law*). Como conclusão preliminar, a construção de uma macro-análise das sobreposições e conflitos normativos entre o regime de PI e os regimes ou *regime complex* que regulam as áreas delimitadas dos ODS.

Os objetivos específicos 3 e 4 demandarão uma análise empírica específica. O acordo TRIPS, como bem relatado na literatura, prevê pequenas liberdades para que os países incorporem regras para flexibilização de direitos e adotem determinadas políticas voltadas à garantia de direitos sociais e ambientais. Entretanto, o processo de implementação de normas e políticas dessa natureza é ainda tema controverso, apesar da existência de compromissos multilaterais especificamente voltados à garantia do direito à saúde, da segurança alimentar, da preservação da biodiversidade, do acesso a educação e combate a mudanças climáticas (todos aspectos reforçados com a aprovação dos ODS). Assim, para identificar os efeitos das controversas entre mais proteção à PI e adequação normativa para implementação de políticas para fins de desenvolvimento social e ambiental, serão analisadas as legislações e as políticas implementadas por um conjunto de países em desenvolvimento, considerando os elementos de análise mencionados.

Para tanto, serão selecionados um conjunto de 20 países em desenvolvimento, controlados pelo nível de competitividade da economia (métrica produzida pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual) e o Índice de Desenvolvimento Humano (padrão que considera renda, longevidade e nível educacional). O foco em países em desenvolvimento se explica por duas razões fundamentais: a) são, majoritariamente e na maioria do tempo *rule-takers*, ou seja, alvos dos processos de difusão e sensíveis às regras de proteção à PI; b) são países demandantes de normas de flexibilização de direitos de PI e estabelecimento de regras internacionais que garantam liberdades para implementar políticas públicas de desenvolvimento social e ambiental. O controle dos países pelos níveis de competitividade da economia e pelo IDH pretende preservar um padrão de comparação – ou seja, identificar quais regras e políticas países com características similares e, portanto, com demandas também parecidas em termos de rigor das regras de proteção à PI e demandas por novas voltadas à garantia de direitos sociais e ambientais, incorporam.

Marco teórico

De forma sintética, inclusive por se tratar de um tópico extra ao solicitado no Edital em questão, o projeto se estrutura em torno de duas dimensões teóricas fundamentais, mas que pretende uma análise que as coloque em diálogo.

De um lado, as discussões sobre os processos sobre difusão e transferência de políticas públicas¹. Esse debate tem se ampliado nas agendas de pesquisa no Brasil, destacando, fundamentalmente o papel da cooperação técnica internacional como instrumento de transferência de políticas sociais². Entretanto, uma questão menos trabalhada na literatura sobre difusão e transferência internacional de políticas públicas é o papel que normas, instituições e regimes internacionais, além das organizações internacionais, desempenham nesse processo – ou seja, como esses aparatos funcionam como fonte do conteúdo, das normas e regras difundidas e transferidas aos países³.

Entretanto, o objetivo do projeto é a análise do processo de difusão de instituições e políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável, conforme estabelecido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁴, em um ambiente em que o regime internacional de propriedade intelectual tem potencial de impactar a capacidade de incorporação do compromisso assumido com a agenda de desenvolvimento da ONU. Nesse ponto que se insere o segundo eixo fundamental de análise, que se debruça fundamentalmente sobre os efeitos da sobreposição entre regimes internacionais e o conflito de normas nesse processo. A literatura sobre *Regime Complex* aponta muito mais significativamente para os efeitos internacionais dessa sobreposição normativa, cabendo destacar: conflito entre obrigações; confusão a respeito da efetividade das regras; incoerência regulatória; competição entre instituições e regimes; fragmentação do Direito; *Forum Shopping*; *Forum Shiffting*; e inconsistência estratégica. De forma

¹ Ver por exemplo, Benson, Jordan (2011); Dobbin, Jordan, Garreth (2007); Dolowitz, Marsh (2000); Gilardi (2016); Marsh, Sharman (2009); Meseguer, Gilardi (2009); Shipan (2008); Stone (2012). Sobre difusão de regras de proteção à propriedade intelectual, ver Morin,Gold (2015)

² Acharya (2009); Ayllon, Leite (2010); Constantine, Shankland (2017); Leite, Pomeroy, Suyama (2015); Leite, Suyama, Waisbich (2013); Lopes (2015); Simpson (2017);

³ Andrews (2013); Bahur, Nasiritousi (2012); Bender, Keller, Willing (2014); Finnemore (1993); Greenhill (2010); Nanna (2009).

⁴ Fukuda-Parr (2016); Pogge, Sengupta (2015); Gerogeson, Maslin (2018); Stevens, Kaine (2016); Waage, Yap (2015); Zielinski, Sagan, Surosz (2018); Chancel, Hough, Voituriez (2017); Koehler (2017); Kwon (2017)

lateral a literatura aborda o problema que pretendemos destacar nesse projeto: como essa confusão normativa cria dificuldades na tomada de decisão doméstica para a implementação de regras e, conseqüentemente, implementar políticas públicas para o desenvolvimento⁵.

Assim, para compreender a relação entre o regime internacional de propriedade intelectual e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, é necessário analisar as características dos compromissos que os compõem, destacando características como regras de *enforcement* e *compliance*⁶.

Considerando essas duas dimensões teóricas, o que se pretende é entender como instituições e políticas se difundem internacionalmente em ambientes com sobreposição e conflitos normativos. Objetivamente, buscar entender como a contraposição entre normas de proteção a propriedade intelectual, que afetam uma multiplicidade de áreas e políticas de desenvolvimento⁷, conflitam com normas que afirmam a relevância das flexibilidades⁸ dessas regras para o desenvolvimento social e ambiental⁹.

⁵ Alter, Meunier (2009); Keohane, Victor (2010); Orsini, Morin (2013); Raustialia, Victor (2004); Abbott (2014); Drezner (2009); Helfer (2009); Raustialia (2006);

⁶ De Bievre, Poletti, Thomann (2014); Biermman, Pattberg, Asselt, Zelli (2009); Shaffer, Pollack (2010); Abbott, Snidal (2000).

⁷ Sobre a relação entre o regime internacional de PI e saúde, ver: Menezes (2017); sobre segurança alimentar, Correa (2017); Bragdon, Smith (2015); UNCTAD (2014).

⁸ Sobre as discussões contemporâneas acerca da importância das flexibilidades de direitos de PI, ver: Menezes (2018)

⁹ Cornier (2018); Le Blanc (2017); Stafford-Smith et alli (2017); Hass (2015).

Produtos esperados como resultado da execução do projeto, com previsão de cronograma de entregas anuais.

Com o desenvolvimento da proposta, espera-se a produção de 2 artigos científicos em revistas internacionais de grande circulação e com elevado fator de impacto. O primeiro seria resultado da discussão teórica e da metodologia de análise da relação entre o regime internacional de proteção à PI e os ODS. Pretende-se ainda apresentar o desenvolvimento da pesquisa (a transição entre os objetivos específicos 2 e 3) em evento da *International Studies Association* – principal evento acadêmica da área de Relações Internacionais. Ao final do desenvolvimento do projeto, espera-se a submissão de um segundo artigo científico que apresente as principais conclusões da pesquisa.

Um segundo produto esperado é a formação de recursos humanos no nível de Graduação e da Pós-graduação, com a consolidação de uma agenda de pesquisa sobre que integre estudos e pesquisas sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na UFPB, tendo como mote os dilemas relacionados à implementação do compromisso global das Nações Unidas. Assim, o diálogo com a já avançada agenda de pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento pode trazer frutos em termos de desenvolvimento de cursos e orientações de pesquisas em nível de Graduação e Pós-graduação.

Potencial de impacto dos resultados do ponto de vista técnico-científico, de inovação, difusão, sócio-econômico e ambiental;

Em termos gerais, as contribuições seriam de duas ordens. A primeira delas tem dimensão teórico-metodológica. Fundamentalmente, a construção de um instrumental analítico para compreender e explicar a difusão e transferência de instituições e políticas (uma tema relativamente novo para a academia brasileira) em ambientes em que persistem sobreposição e conflitos de normas internacionais. Assim, pretende-se contribuir com a produção acadêmica dentro desse universo analítico, assim como a oferta de cursos em nível de graduação e pós-graduação que fomentem análises que partam desse referencial. Da mesma forma, estimular a orientação de trabalhos e o

desenvolvimento novos projetos de pesquisa que tenham esse tipo de problemática como objeto. A apropriação e confluência entre esses dois universos de análise, que dialogam ainda com ‘desenvolvimento internacional’ e ‘cooperação internacional para o desenvolvimento’, tem potencial para contribuir significativamente com um eixo essencial do campo de estudos e pesquisas das Relações Internacionais.

A segunda contribuição do projeto está na sua dimensão empírica. Objetivamente, contribuir com as discussões contemporâneas acerca do processo de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Essa tem sido a questão mais debatida internacionalmente sobre a Agenda de Desenvolvimento da ONU: como implementar esse ambicioso compromisso. Assim, uma das questões elementares seria entender como o conflito de normas internacionais pode ser um complicador nesse processo.

Colaborações ou parcerias já estabelecidas para a execução do projeto;

No que se refere especificamente às pesquisas sobre direitos de propriedade intelectual e desenvolvimento, há um conjunto de parcerias bem consolidadas. Destaque para o King’s College London (projeto aprovado junto à British Academy – Newton Fund, em colaboração com Profa. Valbona Muzaka); Professor Kenneth Shadlen da London School of Economics; e Professor Omar Serrano da Universidade de Genebra. No Brasil, há colaboração com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, especificamente com a Professora Júlia Paranhos. Todas essas parcerias levaram à produção do livro “Propriedade Intelectual, Inovação Tecnológica e Saúde”, publicado em 2017 pela Editora UFPB.

Perspectivas de colaborações interinstitucionais para a execução do projeto;

Dentre as principais colaborações interinstitucionais, é possível destacar o “Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos” (INCT-INEU) e o Núcleo de Políticas Públicas e Desenvolvimento Sustentável (NPDS) da Universidade Federal da Paraíba.

Recursos financeiros de outras fontes aprovados para aplicação no projeto;

Fundamentalmente, há recursos disponíveis por parte do “Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos” (INCT-INEU) e da própria Universidade Federal da Paraíba.

Para as pesquisas desenvolvidas na UFPB, o INCT-INEU disponibiliza algum recurso para: a) material de consumo; b) bolsa de Iniciação Científica e, eventualmente, bolsa de pós-graduação.

Por sua vez, a UFPB disponibiliza, além da estrutura física e material de consumo regularmente utilizado nas dependências da Universidade, apoio para: a) participação em eventos acadêmicos de abrangência nacional; b) podemos contar também com a possibilidade de bolsas de Iniciação Científica destinadas pela Universidade a alunos que participam ou possam vir a participar do projeto.

Disponibilidade efetiva de infraestrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto;

A Universidade Federal da Paraíba, em seus vários Centros e Departamentos, conta com estrutura adequada para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão. Ainda, a Seção do INCT-INEU na UFPB conta com um ambiente de pesquisa perfeitamente adequado para a realização de pesquisa científica e para a efetiva participação de alunos e professores no projeto em questão. O ambiente de trabalho destinado especificamente para pesquisadores do INCT-INEU na UFPB conta com computadores com acesso à Internet e às principais bases de dados disponíveis no país; impressoras e equipamentos básicos suficientes para a atuação adequada.

Por sua vez, a UFPB, em especial o Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), conta com uma estrutura física adequada, e em processo de expansão, capaz de acolher um projeto como esse. Academicamente, conta com um importante catálogo de revistas acadêmicas e assina, dentre outras, a base de dados *E-book Central (pro-quest)* que dá acesso eletrônico a mais de 60.000 periódicos e livros.

Orçamento detalhado.

CUSTEIO					
Serviços de terceiros					
Tradução	Tradução de documentos e artigos científicos para apresentação em seminários internacionais e publicação no exterior (em palavras)	35.000	0,24	8.400,00	
Passagens e Diárias					
João Pessoa – EUA	Passagem para participar em encontro da International Studies Association no ano de 2020 ou 2021	1	5.000,00	5.000,00	
João Pessoa - São Paulo	Atividades de pesquisa e participação em evento acadêmico no ano 2020	1	1.000,00	1.000,00	
Diárias – Estados Unidos	Diária para custear estadia para participação em encontro da International Studies Association no ano de 2020 ou 2021	4	1.500,00	6.000,00	
Diárias - São Paulo	Diária para custear estadia para atividades de pesquisa participação em encontro nacional no ano de 2020 ou 2021	5	320,00	1.600,00	
CAPITAL					
Computador Notebook	Computar para dar apoio às atividades de pesquisa de estudantes e contribuição com montagem de espaço de pesquisa na UFPB	1	3.000,00	3.000,00	
Material bibliográfico	Fundamentalmente, material bibliográfico importado de alta qualidade e recém publicados	1	1.500,00	1.500,00	
Software NVlvo	Software para análise qualitativa (licença perpétua)	1	3.400,00	3.400,00	
TOTAL					29.900,00

Referências Bibliográficas

- ABBOTT, Kenneth; SNIDAL, D. “Hard and Soft Law in International Governance”. *International Organization*, Vol. 54, No. 3, pp. 421-456, 2000.
- ABBOTT, Kenneth. “Strengthening the Transnational Regime Complex for Climate Change”. *Transnational Environmental Law*, 3:1, 2014.
- ACHARYA, Amitav. *Whose Ideas Matter? Agency, Power in Asia Regionalism*. Cornell University Press, 2009.
- ALTER, Karen; MEUNIER, Sophie. “The Politics of International Regime Complexity”. *Perspectives on Politics*, vol. 07, n. 01, 2009.
- ANDREWS, Matt. “Do International Organizations Really Shape Government Solutions in Developing Countries?”. *HKS Faculty Research Working Paper Series*, September, 2013.
- AYLLON, B; LEITE, I.C. “La cooperación Sur-Sur de Brasil: Instrumento de política exterior y/o manifestación de solidaridad internacional?”. *Mural Internacional*, vol. 1, n. 01, 2010.
- BAUHR, Monika; NASIRITOUSI, Naghmeh. “How do International Organizations Promote Quality of Government? Contestation, integration and the limits of IO power”. *International Studies Review*, vol. 14, 2012.
- BENDER, Katja; KELLER, Sonja; WILLING, Holger. “The Role of International Policy Transfer and Diffusion for Policy Change in Social Protection – A Review of the State of the Art”. *IZNE Social Protection Working Paper 14/1*, 2014.
- BENSON, David. JORDAN, Andrew. “What we have Learned from Policy Transfer Research? Dolowitz and Marsh Revisited”. *Political Studies Review*, vol. 09, 2011.
- BIERMANN, F. PATTBERG, P. ASSELT, H. ZELLI, F. “The Fragmentation of Global Governance Architectures: A Framework for Analysis”. *Global Environmental Politics*, vol. 9, n. 4, 2009.
- BLAKENEY, Michael. *Intellectual Property Rights and Food Security*. FSC, 2009
- BRAGDON, Susan; SMITH, Chelsea. “Small-scale Farmer Innovation”. Quaker United Nations Office, Geneva, 2015.
- CHANCEL, Lucas; HOUGH, Alex; VOITURIEZ, Tancrede. “Reducing Inequalities within Countries: Assessing the Potential of the Sustainable Development Goals”. *Global Policy*, 2017.
- CONSTANTINE, Jennifer; SHANKLAND, Alex; “From Policy Transfer to Mutual Learning? Political Recognition, Power and Process in the Emerging Landscape of International Development Cooperation”. *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 36, 2017.
- CORMIER, Ben. “Analyzing if and how international organizations contribute to the sustainable development goals: Combining power and behavior”. *Journal of Organizational Behavior*, vol. 39, 2018.

- CORREA, Carlos. "Implementing Farmers' Rights Relating To Seeds". South Centre Research Paper, n. 75, 2017
- DE BIEVRE, Dirk; POLETTI, Arlo; THOMANN, Lars. "To Enforce or not to Enforce? Judicialization, venue shopping, and global regulatory harmonization". *Regulation and governance*, vol. 8, 2014.
- DOBBIN, Frank. SIMMONS, Beth. GARRETH, Geoffrey. "The Global Diffusion of Public Policies: Social Construction, Coercion, Competition, or Learning?". *Annual Review of Sociology*, vol. 33, 2007.
- DOLOWITZ, David P. MARSH, David. "Learning from Abroad: The Role of Policy Transfer in Contemporary Policy-Making". *Governance: an International Journal of Policy and Administration*, Vol. 13, No. 1, January 2000.
- DREZNER, Daniel. "The Power and Peril of International Regime Complexity". *Perspectives on Politics*, vol. 07, n. 01, 2009.
- FINNEMORE, Martha. "International Organizations as Teachers of Norms: the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization and Science Policy". *International Organization*, vol. 47, 1993.
- FUKUDA-PARR, Sakiko. "From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development". *Gender and Development*, vol. 24: 01, p. 43-52, 2016.
- GEORGESON, Lucien; MASLIN, Mark. "Putting the United Nations Sustainable Development Goals into practice: A review of implementation, monitoring, and finance". *Geography and Environment*, 2018.
- GILARDI, Fabrizio. "Four Ways we can Improve Policy Diffusion Research". *State Politics & Policy Quarterly*, vol. 16, n. 01, p. 8-21, 2016.
- GREENHILL, Brian. "The Company You Keep: International Socialization and the Diffusion of Human Rights Norms". *International Studies Quarterly*, vol. 54, 2010.
- HASS, Peter. "Issue Linkage and Prospects for SDGs: contribution to Sustainability". *Transitions to Sustainability*, 2015.
- HELPER, Laurence K. "Nesting and Complexity in Intellectual Property Regime". HELPER, Laurence K. "Regime Shifting in the International Intellectual Property System", *Perspectives on Politics*, vol. 7, 2009.
- KAINE, et. al. "Integration and Diffusion in Sustainable Development Goals: Learning from the Past, Looking into the Future". *Sustainability*, vol. 6, 2014.
- KEOHANE, Robert; VICTOR, David. "The Regime Complex for Climate Change". *Discussion Paper 2010-33, Cambridge, Mass.: Harvard Project on International Climate Agreements*, 2010.
- KOEHLER, G. The 2030 Agenda and Eradicating Poverty: new horizons for global social policy. *Global Social Policy*, vol. 17, n. 02, 2017.
- KWON, Huck-ju. "Implications of the Sustainable Development Goals for Global Social Policy". *Global Social Policy*, vol. 17, n. 2, 2017.

- LE BLANC, David. "Towards Integration at Last? The Sustainable Development Goals as a Network of Targets" *Sustainable Development*, vol. 23, 176–187, 2015.
- LEITE, I. SUYAMA, B. WAISBICH, L. Para além do tecnicismo: a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional e caminhos para sua efetividade e democratização. *Policy Brief Articulação Sul*, junho, 2013.
- LEITE, Iara. PMEROY, Melissa; SUYAMA, B. Brazilian South-South Development Cooperation: the case of the Ministry of Social Development in Africa. *Journal of International Development*, vol. 27, n. 8, 2015.
- LOPES, Dawisson. "Políticas Sociais e Potência Brasileira". *Revista Estudos Políticos*, vol. 05, n. 01, 2015.
- MARSH, David. SHARMAN, J. C. "Policy Diffusion and Policy Transfer". *Policy Studies*, vol. 30, n. 03, 2009.
- MENEZES, Henrique. "Propriedade Intelectual e Saúde: cláusulas TRIPS-plus e acesso a medicamentos". In: Henrique Zeferino de Menezes. (Org.). *Propriedade Intelectual, Inovação Tecnológica e Saúde*. João Pessoa: Editora UFPB, 2017.
- MENEZES, Henrique "South-South Collaboration for an Intellectual Property Rights Flexibilities Agenda". *Contexto Internacional*, v. 40, 2018.
- MESEGUER, Covadonga, GILARDI, Fabrizio. "What is New in the Study of Policy Diffusion?". *Review of International Political Economy*, vol. 16, n. 03, 2009.
- MORIN, Jean-Frederic. GOLD, Edward Richard. "An Integrated Model of Legal Transplantation: The Diffusion of Intellectual Property Law in Developing Countries". *International Studies Quarterly*, vol. 58, p. 781-792, 2015.
- NANNA, R. *The Role of International Organizations in Social Policy: Ideas, Actors and Impact*, Edward Elgar, 2009.
- ORSINI, Amandine. MORIN, Jean-Frederic. YOUNG, Oran. "Regime Complexes: A Buzz, a Boom, or a Boost for Global Governance?" *Global Governance*, vol. 19, 2013.
- POGGE, Thomas; SENGUPTA, Mitu. "The Sustainable Development Goals: a plan for building a better world?" *Journal of Global Ethics*, 11:1, 2015.
- RAUSTIALA, Kal; VICTOR, David. "The Regime Complex for Plant Genetic Resources". *International Organization*, 58, 2004.
- RAUSTIALA, Kal. "Density and Conflict in International Intellectual Property Law". *Los Angeles School of Law Research Paper*, n. 06-31, 2006.
- SHAFFER, Gregory. POLLACK, Mark. "Hard vs. Soft Law: Alternatives, Complements and Antagonists in International Governance". *Minnesota Law Review*, Vol. 94, 2010.
- SHIPAN, Charles. VOLDEN, C. "Mechanisms of Policy Diffusion". *American Journal of Political Science*, vol. 52, n. 4, pp. 840-857, 2008.
- SIMPSON, Joshua. "Do donors matter most? An analysis of conditional cash transfer adoption in SubSaharan Africa". *Global Social Policy*, 2017.
- STAFFORD-SMITH, M; et alli. "Integration: the key to implementing the Sustainable Development Goals (SDGs)". *Sustainability Science*, vol. 12, 2017.

- STEVENS; KAINE. "The transformative potential of the Sustainable Development Goals (SDGs)". *International Environmental Agreements*, vol. 16, 2016.
- STONE, Diane. "Transfer and Translation of Policy". *Policy Studies*, vol. 33, no. 06, 2012.
- UNCTAD. *The Convention on Biological Diversity and the Nagoya Protocol: Intellectual Property Implications - A Handbook on the Interface between Global Access and Benefit Sharing Rules and Intellectual Property*, Geneva, 2014.
- WAAGE, J and YAP, C. (eds.) *Thinking Beyond Sectors for Sustainable Development*. London: Ubiquity Press, 2015.
- ZIELINSKI, T. SAGAN, I. SUROSZ, W. *Multidisciplinary Approaches Sustainable Development Goals: economic growth, social inclusion and environmental protection*. Springer International Publishing, 2018.